

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM ÀS DEZENOVE HORAS.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **José Roberto Pimenta**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereadora **Izabel Cristina Reale Thereza**; Primeiro Secretário, Vereador **Márcio Henrique Eiti Iquegami**; Segundo Secretário, Vereador **Renato Barrera Sobrinho**; e com a presença dos Senhores Vereadores **Alessandra Bueno**, **Edna Marques da Silva**, **Hélio Lisse Júnior**, **Héilton de Souza**, **João Paulo Morelli** e **Tarcísio Cândido de Aguiar**, realizou-se, de acordo com o Ato da Mesa nº 16/2021, a Sexta Sessão Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Décima Oitava Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia na modalidade mista, ou seja, presencial e tele presencial. A seguir, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos, convidando a Vereadora Izabel Cristina Reale Thereza para que proceda a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Inicialmente, o Senhor Presidente, faz uso da palavra e informa o Plenário: **José Roberto Pimenta**: (sem revisão do orador: 19:13) "Boa noite a todos! 6ª Sessão Ordinária de 2021. Dia 22/03/2021. 18ª Legislatura. Nós estamos fazendo uma Sessão diferente é uma Sessão mista. Eu peço a todos que estão nos assistindo através do You Tube no site da Câmara Municipal para que tenha um pouco de paciência. Nós estamos fazendo uma Sessão mista com pessoas com morbidades que estão em casa. Então, se tiver algum deleite ou forma diferente. As pessoas nos entendam nesse momento. Nós vamos procurar fazer a Sessão a mais rápida possível para seguir o Decreto que nós estamos no Estado de São Paulo com toque de restrição para às vinte horas nós estarmos dentro das nossas Casas. Então, hoje vamos dispensar o uso da palavra no tempo

regimental e tempo das Lideranças. Deixar claro que vai ser por esse motivo. Então, que Deus nos abençoe nesta Sessão. Convido o Senhor Márcio Henrique Eiti Iquegami, Primeiro-Secretário, proceder a chamada dos Srs. Vereadores.” Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda a leitura das Ementas dos Projetos constantes do expediente. **Projeto de Lei nº 5656/2021**, avulso nº 32/2021, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a autorização de doação/devolução de bens inservíveis integrantes do patrimônio da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação e à Ordem do Dia. **Projeto de Lei nº 5657/2021**, avulso nº 33/2021, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior, que institui no calendário oficial de eventos do Município da Estância Turística de Olímpia o “Dia da Guarda Municipal”. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. **Projeto de Lei nº 5658/2021**, avulso nº 34/2021, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação e à Ordem do Dia. **Projeto de Lei nº 5659/2021**, avulso nº 35/2021, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação e à Ordem do Dia. **Projeto de Decreto Legislativo nº 545/2021**, avulso nº 31/2021, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho, que institui o Título “Dr. Nilton Roberto Martinez” homenageando “In Memoria”. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. Prosseguindo os trabalhos, são lidos pelo Senhor Primeiro Secretário, aprovados pelo Plenário, ou deferidos pela Presidência, conforme o caso, os seguintes **requerimentos: 126/2021**, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho. **131, 132, 136, 139 e 140/2021**, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta. Esgotados os Requerimentos, passa-se a leitura do resumo das Indicações. Nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 122, de 16/02/93, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo das **Indicações** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores

competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 370 e 393/2021**, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta. **334 e 335/2021**, de autoria do Vereador Tarcísio Cândido de Aguiar. **336, 337, 338, 339, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385 e 386/2021**, de autoria do Vereador Héilton de Souza. **340, 341, 354 e 355/2021**, de autoria do Vereador Renato Barrera Sobrinho. **342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 371, 372, 373, 374, 375 e 376/2021**, de autoria do Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami. **351, 352, 353 e 363/2021**, de autoria da Vereadora Edna Marques da Silva. **356, 357, 358, 359, 360, 361 e 362/2021**, de autoria do Vereador João Paulo Morelli. **364, 365, 366, 387, 388, 389, 390, 391 e 392/2021**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **367, 368 e 369/2021**, de autoria da Vereadora Alessandra Bueno.

Esgotadas as matérias constantes do Expediente, passa-se, a seguir, aos **minutos regimentais** a que têm direito os Senhores Edis para fazer uso da palavra. Não havendo oradores nos três minutos regimentais, passa-se, ao tempo das **Lideranças**. A seguir, não havendo oradores inscritos aos cinco minutos regimentais às Lideranças, tem início a **ORDEM DO DIA**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 141/2021**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5658/2021**, Avulso nº 34/2021, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por 08 (oito) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário. Votou contrário a Vereadora Alessandra Bueno. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5658/2021, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 08 (oito) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário. Votou contrário a Vereadora Alessandra Bueno. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças

e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão do orador: 19:30) "Projeto de Lei Nº 5658/2021, de autoria do Executivo que dispõe sobre abertura de crédito suplementar. Nós estamos falando de uma possível aquisição de um terreno em que a intenção é fazer um Centro Administrativo para a Prefeitura Municipal de Olímpia. No caso deixaríamos de gastar com aluguéis que são investidos no município para manutenção das Secretarias entre outras ferramentas do município de Olímpia. Adquire área que é bem grande onde já temos uma Secretaria e poderíamos levar todas as outras, incluindo nosso depósito central almoxarifado. Assim, num curto espaço de tempo possa economizar em torno de cem mil reais por mês com pagamentos de aluguéis que atualmente o município faz. E, em quatro ou cinco anos indenizar esse investimento. E, partir daí, o município deixa de gastar esse dinheiro ficando ainda com o bem. As nossas atividades serão todas alocadas ali e melhorando a interface entre as Secretarias e Prefeito otimizando o serviço da Prefeitura Municipal de Olímpia. No nosso ponto de vista é imprescindível e muito importante. Na nossa reunião a Sr.^a Vereadora Cristina disse que é por um preço muito abaixo de mercado. Então, estaremos pegando no leilão esse imóvel que não teve êxito. Ele vem por sessenta por cento do valor da primeira rodada no leilão. Nós estamos tentando fazer essa aquisição. Se Deus abençoar a gente consiga teremos utilização do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Olímpia e a locação das nossas Secretarias deixando pagar esses aluguéis. E, otimizando os serviços da nossa Administração Pública. É importantíssimo a realização desse pouco investimento para que o município ganhe muito no futuro, tanto com otimização dos serviços, também quanto a questão do valor da área que é muito menor do que ela é de origem para deixar de pagar aluguéis que hoje pagamos para manutenção das atividades das Secretarias." **Alessandra Bueno:** (sem revisão do orador: 19:33) "A respeito desses cinco milhões, eu já conversei

com vocês antes, eu não vou votar nesse empréstimo aqui porque acho que no momento agora é a Saúde que é o mais importante. Então, é por isso que eu não vou votar. Se esses cinco milhões fossem para a Saúde, no momento que estamos vivendo hoje, com certeza, eu iria a favor. Eu acho assim, se fosse mais pra frente é uma coisa boa porque eu sei que vai tirar os aluguéis. Vai passar tudo para um só local. Eu entendi perfeitamente, mas eu não vou votar nesses cinco milhões porque eu acho que esses cinco milhões teria que ser destinado mais para a área da saúde.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:**

(sem revisão do orador: 19:34) “Sr. Presidente. Primeiro, não é empréstimo. Na verdade, esse empréstimo já foi feito. Nós estamos alocando parte desse dinheiro nessa possível compra que seria importantíssimo para o município que está olvidando todos os esforços possíveis para manutenção da pandemia, a parte social e de saúde pública. O Sr. Vereador Doutor Márcio, se ele achar que é importante ele pode usar da palavra também, mas a máquina pública não pode parar. Imagina, se a gente para hoje a Prefeitura; e, salvar; e o resto que é a parte de zeladoria, a parte de pensamento de futuro do nosso município e a retomada econômica. Claro está que é importantíssimo todo nosso esforço na manutenção da Saúde Pública e pela pandemia, mas, nós não podemos deixar de pensar que isso vai passar e que em seguida teremos vida plena. Nós temos que nos prepararmos para a retomada e para a contenção de gastos com a administração pública que poderemos ter essa contenção com a aquisição desse local.” **Alessandra Bueno:** (sem revisão do orador:

19:36) “Eu, quando votei nos cinquenta milhões, foi para melhoria nas áreas carentes. Nesse momento, eu acho que esses cinco milhões deveria ser destinado na área carente ou na saúde que são os lugares que nós estamos precisando. Estou deixando bem claro isso.”

Tarcísio Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 19:36) “Sr. Presidente. Não quer dizer que esse dinheiro não vai ser alocado na área carente. A partir do momento que você deixa de pagar aqueles aluguéis. Vindo para aquele estabelecimento. O Que você vai fazer? Você vai utilizar o dinheiro dentro do município nas áreas que mais necessitam, então, quero dizer que é um planejamento. Na Administração Pública, na Administração geral é

planejamento de curto, médio e longo prazo. Eles têm um planejamento que mede o prazo. Quer dizer que, você vai usar um recurso que através dele você deixa de gastar com ele lá pra frente. Então, quer dizer que é planejamento de médio prazo, mas não quer dizer que não vai ser usado no social, ele vai ser usado no Social e não vai ser usado em quem mais necessita. Na verdade, é só questão de ponto de vista.” **Márcio Henrique Eiti Iquegami:** (sem revisão do orador: 19:37) “Sr. Presidente. Vou tentar colocar minha opinião. Naquele projeto que nós votamos os cinquenta milhões existia cinco milhões para serem alocados esse ano e lá seria para aquisição de imóveis e construção de uma área única para Administração da Prefeitura. Lembrando sobre essa abertura de crédito. Por enquanto, nós não temos empréstimo. Isso é uma autorização para busca de empréstimo. É um dinheiro que vai ser buscado na Caixa Econômica Federal. E, ele não pode ser utilizado para esse fim Sr.^a Vereadora Alessandra para a saúde. Esse dinheiro não tem nossa autorização; e, se for para isso o dinheiro não vem. Então, basicamente resumindo o dinheiro é para construção, reforma, manutenção e não tem como usar esse dinheiro na saúde; por exemplo, mas o que o nosso Companheiro Tarcísio disse é verdade que a partir do momento que passa a economizar a gente tem condição de alocar esse dinheiro na Educação, no Social e na Saúde. Então, eu acho que, no ponto de vista aqui de aquisição do imóvel é uma importante atitude do município porque você vai trazer o que já foi dito que é economia dos aluguéis, você vai centralizar e melhorar o atendimento. Além disso, tem a possibilidade de a Prefeitura abrir mais empregos. Eu tenho um investimento na cidade. O que o nosso Nobre Vereador Sargento Tarcísio disse é verdade:- A gente não pode ficar parando. A pandemia, com a Graças de Deus ela vai acabar e essa história vai ficar no passado. Então, a gente tem que continuar. E, a visão da Prefeitura nesse sentido é muito interessante tanto nesse valor agora de cinco milhões no primeiro ano. Nós temos vinte milhões no segundo, mais vinte no terceiro ano e mais cinco milhões no quarto ano. Esse foi o cronograma que nós votamos aqui. Nesse sentido, eu acho muito válido. Tem que buscar esse crédito com rapidez porque é um dinheiro que não está

lá parado. Se não retirar o dinheiro, outras Prefeituras terão o direito de retirar. Então há essa necessidade de olhar isso com mais rapidez. Na minha opinião é um projeto muito interessante. Eu acho que merece a confiança de todos nós. Obrigado, Sr. Presidente.” **Izabel Cristina Reale Thereza:** (sem revisão do orador: 19:39) “Sr. Presidente. Só complementando o que disseram o Sr. Vereador Doutor Márcio e o Sr. Vereador Sargento Tarcísio também. Hoje, os prédios utilizados são alugados e inadequados para o atendimento ao público. Nós temos problemas de acessibilidade para idosos ou para as pessoas com limitações. Realmente, nós precisamos de espaço público que possa atender com qualidade à população em todas as Secretarias. Claro está que é um sonho nosso muito antigo em colocar todas as Secretarias em um único espaço que venha facilitar tanto ao munícipe e também essa interlocução entre as Secretarias para atendimento com qualidade e forma digna em espaço adequado. Eu tenho essa preocupação com essas pessoas que utilizam o espaço público. Por isso, eu sou favorável a todas essas razões que já foram citados aqui, a questão da economia dos alugueis, porque são muitos prédios e cada um num canto né alugado pela Secretaria. O próprio funcionário público haverá um espaço físico adequado para trabalhar. Às vezes, você está lá com uma sala super lotada com várias pessoas trabalhando no único espaço e esses espaços são inadequados para trabalhar. Tem que pensar nisso que é um projeto futurista para adequar esse espaço todos juntos até para ter uma qualidade no trabalho. Atualmente, os próprios funcionários públicos acabam trabalhando em espaços que não oferecem qualidade ao próprio funcionário público. Então, nós temos que pensar nisso tudo para dar qualidade ao servidor e qualidade a população nos serviços prestados e a economia em que esse recurso vai ser recuperado rapidamente. Só a Secretaria de obras paga dez mil reais por mês de aluguel. Quando consolidar essa aquisição já vai parar de pagar dez mil reais. Espero que seja tudo investido em cesta básica para a população carente em situação de vulnerabilidade social. Há também espaço lá que vai servir para o almoxarifado adequado. E, isso será adequado em curto prazo. Essa é uma preocupação que eu tenho quanto tempo

nós vamos começar a fazer essa economia que realmente será a curto prazo para investir realmente as famílias que precisam. Eu estou tranquila em aprovar esse projeto. Entendendo o quanto será importante para essa estrutura organizacional pública no município. Obrigada, Sr. Presidente.” **Tarcísio Cândido de Aguiar:**

(sem revisão do orador: 19:43) “É importante preparar a Administração Pública para o futuro da nossa cidade. Uma cidade grande merece uma Administração Pública com prédios bons para fazer um bom atendimento para às pessoas tenham qualidade de trabalho. Então, parabéns Cristina é isso mesmo. É importante você frisar isso que de imediato teremos duas Secretarias alocadas já gerando economia para os cofres públicos. Acho que é o momento oportuno. Uma visão de futuro porque nós precisamos melhorar cada dia mais tanto a Administração Pública, quanto a qualidade do trabalho dos nossos funcionários. Parabéns!” **Alessandra Bueno:** (sem revisão do

orador: 19:44) “Sr. Presidente. O Sr. Vereador Doutor Márcio disse que esse dinheiro só serve para obras então podia fazer um Postinho na Santa Efigênia. Não ia fazer um Centro de Saúde onde era o Laticínio? Nós estamos no caos agora; e, não é no futuro. As pessoas precisam de melhorias e cesta básica é alimento. Ah! Eu não concordo; pronto!” **Tarcísio Cândido de Aguiar:** (sem revisão

do orador: 19:44) “Eu entendo, mas não vai fazer esse Postinho hoje porque não vai resolver esse problema da Covid. O problema Covid é a UTI. Leitos não vão ter em Postinhos. Não quer dizer que o Posto não vai ser feito. O Posto vai ser feito. Na reunião, foi falado que lá será um Centro de Saúde. Eu gostaria de ouvir o Sr. Vereador Doutor Márcio que poderá falar melhor. Eu agradeço.”

Márcio Henrique Eiti Iquegami: (sem revisão do orador: 19:45) “Nós temos no projeto anterior a construção de UBS, a reforma e ampliação da UBS da COHAB, Construção da UBS no bairro Santa Efigênia, construção do ARE, mas o que o Sr. Vereador Tarcísio está falando é uma grande verdade. Nós caminhamos para começar uma grande vacinação no Brasil. No Estados Unidos o pessoal está falando em retornar ao trabalho a partir do mês de maio. Isso porque a vacinação lá está num ritmo mais rápido do que o nosso, mas nós vamos chegar lá também. Eu acho importante tem muita gente

passando necessidade e passando fome né. Nós temos aqui outro projeto que não vou adiantar aqui, mas nós vamos nesse sentido. Ninguém está aqui para tirar as condições de saúde nem a comida da boca do povo. Nós temos um projeto olhando para o futuro para melhorar a Administração. Tudo indica que vamos conseguir economizar em torno de cem mil reais por mês, mais de um milhão por ano. Então, esse é um projeto que auto vai se pagar. A Prefeitura vai deixar de gastar um dinheiro e vai sobrar aí um milhão por ano para a gente poder investir em Saúde e Educação que a gente muita precisa. Disso não tenha dúvida. Ninguém está aqui querendo tirar o dinheiro disso ou daquilo. Só que para construir um Hospital ou uma Unidade demora tempo e não vamos conseguir construir em sessenta dias. E, daqui sessenta dias; se Deus quiser e nos abençoar, nós vamos estar num ritmo diferente dessa pandemia. Nós temos aí do Governo Federal e do Governo do Estado de São Paulo um número grande de vacinas chegando ao Brasil. Eu acho que, essa é a grande esperança. Então, o que o Sr. Vereador Tarcísio disse é uma grande verdade. A Prefeitura tem que olhar para frente. Se começar a ficar desesperado e não pensar no futuro as coisas não vão se realizar. Por isso, eu acho que é um projeto importante visando o desenvolvimento da nossa cidade.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 19:48) “Sr. Presidente. Como a Alessandra disse vai sobrar só um milhão para investir em Saúde e Educação. A gente muito precisa disso, não tenha dúvida, mas ninguém aqui está querendo tirar o dinheiro disso ou daquilo. Só que para construir um Hospital, construir uma Unidade, isso demora tempo, não vamos construir isso em sessenta dias. E, se Deus quiser e abençoar, nós vamos estar em ritmo diferente dessa pandemia. Nós temos o Governo Federal e o Estadual de São Paulo com um número de vacinas chegando no Brasil. Eu acho que essa é a grande esperança. Eu acho que tem que focar no que o Sr. Vereador Sargento Tarcísio disse e que é verdade. A Prefeitura tem que olhar pra frente, se a gente começar a olhar e ficar desesperado e não pensar no futuro, as coisas não vão ser realizadas. Por isso, eu acho que é um projeto importante e interessante visando o desenvolvimento da nossa cidade. Olha para exemplificar esse projeto, nós temos que

acreditar e sermos responsável diretamente nesse projeto. Nunca podemos deixar e não podemos comprometer a área da Saúde, Educação e nem a área social da nossa cidade. Tendo o caixa eficiente, nós temos que acreditar no Gestor que está fazendo uma economia para o município a curto e longo prazo; obrigado.” **Renato Barrera**

Sobrinho: (sem revisão do orador: 19:51) “Sr. Presidente. Só para deixar bem transparente aqui, dentro daquele R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta Milhões) que foi dito algum tempo atrás. Esse R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões) que está sendo votado hoje é referente ao Centro Administrativo que foi citado na época. E, SE O Senhor já poderia dizer quantas Secretarias, provavelmente, já poderia ser alocada lá para mostrar qual a economia de imediato que já ia acarretar aos cofres públicos, na questão de deixar de pagar aluguel. O Sr. Acha que três ou quatro Secretarias então de imediato já ia ser alocada lá? E, também, existe um espaço de lazer no fundo dessa área citada aí, se esse espaço de lazer não poderia ser voltado para o funcionário público? Seriam duas situações, favorecer o município do Centro Administrativo, na questão operacional, economia de aluguel, também fizesse alguma coisa em benefício aos funcionários públicos nessa área adquirida.”

Tarcísio Cândido de Aguiar: (sem revisão do orador: 19:53) “Primeiro, vou falar dessa área de lazer que a ideia do Prefeito é que se torne um Grêmio da Prefeitura Municipal para os funcionários públicos. É uma ideia, uma possibilidade. As ideias surgem, às vezes, você não consegue fazer que elas aconteçam de fato. Uma primeira ideia seria isso. De imediato o que já temos lá é uma Secretaria que já paga aluguel. Outra Secretaria, outra parte da Prefeitura que poderia vir já de imediato é o Almoxarifado Central. Como disse a Sr.^a Vereadora Cristina deixaria de pagar aluguel tanto lá no Almoxarifado quanto já pagamos hoje para essa área que hoje nós temos Engenharia e Frotas do nosso município. Então, nós vemos que dois grandes aluguéis deixariam de ser já de imediato usados. E, na parte que seria mais de prédios administrativos vamos ver quais Secretarias já caberiam, com uma pequena reforma, iríamos trazendo aos poucos e o que precisaria ser construídos para que possamos trazer todas as Secretarias e os

prédios que possam ali estar alocados para que a gente possa deixar de pagar os aluguéis. Como bem já disse o Sr. Vereador Doutor Márcio que esse espaço se paga em quatro a cinco anos e esse dinheiro depois é revertido para o município para benesses do município de Olímpia na área da Saúde, Social, Segurança entre outros.” **Edna Marques da Silva:** (sem revisão do orador: 19:54) “Boa noite todos! Estou um pouquinho prejudicada porque eu não consigo ver bem a imagem da tela. Assistindo ao áudio paralelo estou um pouquinho atrasada aqui. Eu ainda estou ouvindo o Vereador Tarcísio. Sobre a abertura de Créditos Especiais. Eu gostaria de fazer um adepto para dizer que nós já votamos favoráveis ao empréstimo de cinquenta milhões. E o que nós estamos fazendo é autorizando abertura de crédito suplementar para autorização destinada para o ano de 2021 que seria a implantação do Centro Administrativo onde abrigaria todas as Secretarias com a economia de alugueis que você vai beneficiar em outras áreas como construções de UBS e para as áreas que solicitamos para os bairros da periferia, mas quando nós votamos favoráveis já estava predestinado os cinquenta milhões para a construção do Centro Administrativo. O que estamos fazendo hoje é complementando àquilo que já votamos lá atrás. É só isso. Eu me despeço.” Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 08 (oito) votos favoráveis e 01 (um) abstenção. Absteve-se de votar a Vereadora Alessandra Bueno. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 205, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, nos termos do artigo 268, do mesmo diploma legal, **declara** o Projeto de Lei nº 5658/2021 **aprovado em Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 142/2021**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5659/2021**, Avulso nº 35/2021, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes.

Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5659/2021, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Izabel Cristina Reale Thereza**: (sem revisão do orador: 20:01) "Sr. Presidente. Eu fico muito feliz de ver toda essa preocupação do Prefeito em relação a questão de recursos para área de Assistência Social. Nós sabemos que, em época de pandemia, o quanto tem aumentado o número de famílias em situação de vulnerabilidade com insuficiência de renda ou com ausência de renda. Muitas famílias não estão tendo alimentos. Muitas famílias tem recorrido aos equipamentos sociais. Nós entendemos que os Equipamentos Sociais também tem as suas limitações. Só que, em época de pandemia realmente precisamos fazer uma ação e uma intervenção rápida a curto prazo para que possamos atender essa demanda que está surgindo a todo o vapor por conta da alta questões financeiras, situação de desemprego e nós precisamos acudir essas famílias. A fome tem pressa. A fome não espera. Então, eu fico feliz de ver essa transferência para a Assistência que estão saindo da Educação para a Assistência Social. Realmente, nós precisamos acudir as famílias, os idosos, as crianças e as pessoas que estão nessa situação de vulnerabilidade e exclusão social. Eu tenho certeza que essa transferência vai contribuir muito para aquisição de alimentos que chegue as casas dessas famílias. Obrigado, Sr. Presidente." Assume a presidência a Vereadora Izabel Cristina Reale Thereza. **José Roberto Pimenta**: (sem revisão do orador: 20:03) "Pela ordem, é muito importante esse projeto do Prefeito. Essa transferência né, como bem disse a Vereadora Cristina, são quinhentos e quarenta mil da Educação que

vai ser destinado para a Assistência Social as pessoas que estão nessa situação de vulnerabilidade nesse momento de pandemia. Então, mais uma vez o Prefeito acerta com essa transferência de recursos. Isso é muito importante para o município e muito importante para que a gente possa manter o mínimo que é alimentação entre outros. Então, mais vez parabéns por todo esse esforço de remanejar esse recurso para a Assistência Social.” Reassume a presidência o Vereador José Roberto Pimenta. **Alessandra Bueno:**

(sem revisão do orador: 20:03) “Sr. Presidente. Eu concordo com a sua palavra. Nessa parte, eu sou totalmente favorável. Como a Educação agora está parada vamos passar isso para o social para ajudar mais em cestas.” **Izabel Cristina Reale Thereza:**

(sem revisão do orador: 20:03) “O que é que acontece? É que todo recurso alocado na Assistência Social é insuficiente para atender a demanda. Há um grande número de famílias em situação de vulnerabilidade. A Educação tem um percentual a ser cumprido que é determinada pelo Governo Federal. Então a Educação já tem o percentual dela. Agora, remanejar isso para a Assistência vai contribuir com aquele pouco que a Assistência sempre teve que é quatro por cento só de recurso. Então, vai contribuir nesse momento de pandemia. Eu fico muito feliz de ter visto esse acerto que está vendo que da Educação né. Vai estar com essa sobra e transferir para quem de fato nós temos que acudir agora imediatamente.”

Alessandra Bueno: (sem revisão do orador: 20:05) “E, quando já começa isso de ajudar essas cestas aos familiares?” **Izabel**

Cristina Reale Thereza: (sem revisão do orador: 20:05) “Eu acredito que seja... Vai publicar a Lei. Publicando já faz a transferência e já pode ser utilizado né. Até, porque, eu já tenho uma licitação né. Eu acho que, nós podemos ampliar o número de cestas para os Equipamentos Sociais que são os CRAS; né? E, atender as famílias que realmente estão precisando.” **Alessandra Bueno:**

(sem revisão do orador: 20:05) “Todo mundo sabe aqui que eu, praticamente, trabalho pelo celular né? Realmente, a demanda é muita e não tem como a gente tem que pedir socorro para um tem que pedir socorro para outro está difícil.” **Izabel Cristina Reale Thereza:** (sem revisão do orador: 20:06) “A gente tem feito muito esse trabalho

de solicitar essa ajuda as pessoas físicas que tem colaborados com as famílias, mas é de competência do Poder Público de fazê-la. Então, eu acho que esse remanejamento vem ter esse entendimento dessa responsabilidade que o Poder Público tem né? Porque é um direito né? E, a alimentação é o primeiro direito humano. Então, eu fico muito feliz. Obrigada, Sr. Presidente.” **Renato Barrera**

Sobrinho: (sem revisão do orador: 20:06) “Sr. Presidente. Sós queria concluir. Como todos os Nobres Pares já se manifestaram. Toda a ação do Executivo voltada para o bem comum como é esse projeto que nós estamos acabando de votar aqui da transferência da Pasta da Educação para o Social. A demanda a gente sabe que está crescendo dia-a-dia. Toda ajuda que é direcionada para o Social é bem-vinda. Tenho certeza que, todos aqui estão de comum acordo aqui de sempre estar ajudando o Executivo nesse sentido de estar fazendo esse tipo de ação. Parabéns ao Executivo por essa atitude de remanejar o possível da Educação para o Social.” **Hélio Lisse**

Júnior: (sem revisão do orador: 20:09) “Correto, então, é a preocupação de todos os Vereadores, não só minha, mas como os demais Vereadores a Edna, Cristina e Alessandra porque a área social, nesse momento, ela é crucial para que nós possamos auxiliar a população de um modo geral. É um projeto que contempla a ação social, portanto, é um remanejamento inteligente ao qual sou a favor também.” Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 205, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, nos termos do artigo 268, do mesmo diploma legal, **declara** o Projeto de Lei nº 5659/2021 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 143/2021**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5656/2021**, Avulso nº 32/2021, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a autorização de doação/devolução de bens inservíveis integrantes do patrimônio da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia à Prefeitura Municipal da Estância

Turística de Olímpia/SP e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5656/2021, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Não havendo oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 205, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, nos termos do artigo 268, do mesmo diploma legal, **declara** o Projeto de Lei nº 5656/2021 **aprovado** em **Redação Final**. Assume a presidência a Vereadora Izabel Cristina Reale Thereza. Dando continuidade aos trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa e de Educação, Esporte e Cultura, entra em **segunda discussão**, o **Projeto de Resolução nº 280/2021**, avulso nº 24/2021, de autoria do Vereador José Roberto Pimenta, que institui o Programa "Câmara Itinerante" no Município da Estância Turística de Olímpia. Não havendo oradores, o Projeto de Resolução nº 280/2021 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade. A seguir, nos termos do Artigo 268, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado** em **Redação Final**. Reassume a presidência o Vereador José Roberto Pimenta. Dando continuidade

aos trabalhos, entra em deliberação, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 544/2021**, avulso nº 29/2021, de autoria do Vereador Márcio Henrique Eiti Iquegami, que dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Honorário de Olímpia, ao Ilustríssimo Pastor Simão Exodo do Nascimento. O Senhor Primeiro Secretário faz a leitura do **Parecer nº 16/2021**, da Comissão de Justiça e Redação. Com o Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação, o Senhor Presidente esclarece ao Plenário, que nos termos do artigo 87, Parágrafo Primeiro, Inciso V do Regimento Interno, combinado com o Artigo 47, Parágrafo Primeiro, inciso V, da Lei Orgânica do Município, a proposição em referência necessita, para sua aprovação, do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, ou seja, sete (07) votos; motivo pelo qual, o Presidente tem direito a voto, conforme estabelece o artigo 22, Inciso II, do Regimento Interno desta Edilidade. A seguir, por se tratar de matéria que deverá ser submetida à "discussão e votação única", o Senhor Presidente solicita ainda, o Parecer verbal das seguintes Comissões: Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **discussão única**. Não havendo oradores, o Projeto Decreto Legislativo nº 544/2021 entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em Plenário, ou seja, dez (10) votos. A seguir, nos termos do Artigo 268, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado em Redação Final**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária e atendendo ao Requerimento nº 126/2021, de autoria do Vereador Renato Barreta Sobrinho, e ao Requerimento nº 136/2021, de Sua autoria, declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária em Homenagem Póstuma a memória dos Senhores Rodrigo Marreto e Décio Dias dos Santos. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.